

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.960 - RS (2019/0123313-9)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **ILDO MOTA SPERB**
ADVOGADOS : **REJANE CASTILHO INACIO E OUTRO(S) - RS048129**
ALDO LUIZ MINEIRO DE SOUZA - RS085881
AGRAVADO : **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA**
PROCURADOR : **CAROLINA SCHMIDT E OUTRO(S) - RS071529**

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. URV. AUSÊNCIA DE PERDAS SALARIAIS. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ILDO MOTA SPERB em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou admissibilidade ao especial sob a compreensão de que (a) não houve negativa de prestação jurisdicional, de que (b) ir contra a conclusão do Tribunal *a quo* de que não houve perda salarial decorrente da conversão de vencimentos em URV esbarra na Súmula nº 7/STJ, e de que (c) não demonstrada a divergência entre julgados nos moldes legais.

Em embate, sobreveio o presente agravo.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Irretocável o juízo negativo de admissibilidade.

A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza omissão (cf. AgRg no AREsp 434.846/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/03/2014), pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional (cf. AgRg no AREsp 315.629/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 21/03/2014; AgRg no AREsp 453.623/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 21/03/2014).

O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto à ausência de prejuízo decorrente da conversão de vencimentos em URV, como insurgência que se funda na verificação das provas produzidas nos autos e sua valoração, demanda inafastável incursão no universo

fático-probatório. Cediço é, porém, que não pode este Superior Tribunal de Justiça atuar como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"

O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, além da indicação dos dispositivos legais violados, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil/1973 e 255, § 1º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais, tal como ocorrido, impede o conhecimento do recurso especial (cf. REsp 1412951/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 25/11/2013; AgRg no AREsp 417.461/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/12/2013). Incidente a Súmula nº 284/STF: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator